

A NORMALIZAÇÃO DOS DISCURSOS AUTORITÁRIOS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: UMA ANÁLISE DAS ORDENS DO DIA DO GOVERNO BOLSONARO SOBRE O “31 DE MARÇO DE 1964”

Kelen Vanzin Moura da Silva¹
Gesualda dos Santos Rasia²

Resumo: Como uma memória marcada na história da política brasileira enquanto oposta à democracia pode ser reconfigurada discursivamente, na conjuntura atual, com efeito de inscrição em práticas democráticas. É o que se busca compreender neste estudo a partir de análises de Ordens do Dia “alusivas ao 31 de março de 1964”, do governo Bolsonaro, 2019 a 2022, assinadas pelo Ministério da Defesa e pelas Forças Armadas Brasileiras. A materialidade discursiva é abordada a partir das categorias de condições de produção dos discursos, formações ideológica e discursiva e contradição, conforme a Análise de Discurso de Pêcheux (1990, 2014, 2014b; 2014c, 2015) e de Courtine (1999; 2014), em diálogo com a teoria materialista do Estado de Althusser (2008) e os pressupostos de Volóchinov (2021) sobre língua e ideologia. Também fundamentam a pesquisa as teorias de Arendt (2011; 2012) sobre democracia e totalitarismo.

Palavras-chaves: Análise de Discurso; nazifascismo; ditadura militar; governo Bolsonaro.

LA NORMALISATION DES DISCOURS AUTORITAIRES AU BRÉSIL CONTEMPORAIN: UNE ANALYSE DES ORDRES DU JOUR DU GOUVERNEMENT BOLSONARO SUR “31 MARS 1964”

Résumé: Comme une mémoire marquée dans l’histoire de la politique brésilienne en tant qu’opposée à la démocratie peut être reconfigurée discursivement, dans la conjoncture actuelle, avec l’effet d’inscription dans des pratiques démocratiques. C’est l’objet de la compréhension de cette recherche à partir des analyses des Ordres du Jour “alusivas au 31 mars 1964”, du gouvernement Bolsonaro, 2019 à 2022, signés par le Ministère de la Défense et Les Forces Armées brésiliennes. La matérialité discursive est abordée dans les catégories de conditions de production des discours, formations idéologiques et discursives, contradiction selon l’analyse du Discours de Pêcheux (1990, 2014, 2014b; 2014c, 2015) et de Courtine (1999; 2014) en dialogue avec la théorie matérialiste de l’État d’Althusser (2008) et la théorie sur la langue et l’idéologie de Volóchinov (2021). Les études d’Arendt (2011; 2012) sont aussi fondamentales.

1 Doutoranda em Letras, Programa de Pós-graduação em Letras (UFPR). E-mail: kvanzin@gmail.com

2 Doutorado em Letras (UFRGS), docente do Programa de Pós-Graduação em Letras (UFPR). Bolsista Capes. E-mail: gesa.rasia@gmail.com

Em seu texto “O chapéu de Clémentis: observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político”, Courtine (1999) analisa uma anedota política de Milan Kundera, datada de fevereiro de 1948, envolvendo em cena um dirigente comunista chamado Klement Gottwald, da sacada de um prédio em Praga, na República Tcheca.

Nevava, estava frio e Gottwald estava com a cabeça descoberta. Clémentis, muito atencioso, tirou o seu chapéu de pele e o colocou na cabeça de Gottwald. O departamento de propaganda reproduziu centenas de milhares de exemplares da fotografia, de onde Gottwald com um chapéu de pele e rodeado por seus camaradas, fala ao povo. (...) Todas as crianças conheciam esta fotografia de tê-la visto em cartazes, nos manuais ou nos museus” (COURTINE, 1999, p. 15).

O chiste político, segundo Courtine (1999), marcaria o início da Boêmia comunista. Ocorre que quatro anos depois, Clémentis foi acusado de traição e enforcado. Foi então que o departamento de propaganda tratou de desaparecer com a fotografia que marcou a memória política da República Tcheca comunista. Desse modo, em nova versão dos cartazes, Gottwald aparecia sozinho na sacada e não mais acompanhado pela figura de Clémentis, que fora cortada em um gesto de apagamento da história. Courtine (1999) problematiza a memória no campo do discurso político, daquilo que não se estabelece na ordem do gramatical, mas sim do enunciável que, no caso em específico, abrange a “língua de estado”, ligada aos aparelhos ideológicos.

A passagem acima, citada por Courtine (1999), traz elementos para analisar o corpus da presente pesquisa, que abrange, como dito, as Ordens do Dia do governo Bolsonaro em relação ao “31 de março de 1964”. Da mesma forma como ilustrado na anedota, há a tentativa de apagar, de anular, de recontar a história de modo a trazer, em um jogo com as palavras

e no processo discursivo, outros sentidos totalmente distintos e contraditórios. Como analisa Indursky (2022), em palestra proferida: “há um fantasma da memória que assombra os militares atualmente. Por essa razão tentam continuamente apagar, distorcer, reescrever, de-significar o que sucedeu naqueles anos de chumbo”. Conforme Orlandi (2015, p.55), os “processos de de-significação” ocorrem em meio a mecanismos de imposição, exclusão e de resistências em uma relação com a língua e com a história, onde se confrontam o simbólico e o político.

Face a esta materialidade discursiva, busco entender como uma memória marcada na história da política brasileira enquanto negativa para a democracia pode ser reconfigurada discursivamente, na conjuntura atual, com viés positivo, enquanto defesa da democracia. Alimenta a reflexão para possíveis respostas a este questionamento, a compreensão de Orlandi (2013, p. 10)3:

Se uma ditadura se apresentasse com a violência que lhe é própria, ela não se sustentaria. Mas o não se apresentar com a sua própria violência não significa que ela a esteja ocultando em qualquer lugar obscuro. Não. Ao contrário, o que a ditadura faz é justamente dizer-se cotidianamente como algo natural, familiar, sem constituir um período de exceção. É essa normalidade a sua maior violência. Sua violência simbólica. Sem altos nem baixos.

1. Ordens do Dia “alusivas ao 31 de março de 1964”

De acordo com o dicionário Houaiss, ordem do dia se refere a: (1) pauta ou agenda do que se pretende executar ou discutir num prazo ou numa sessão; (1.1) matéria de que uma reunião se deve ocupar; (1.2) (jurídico) conjunto das matérias previamente definidas que consti-

3 Apresentação de E. Orlandi à obra “A fala dos quartéis e as outras vozes”, de F. Indursky (2013).

tuem objeto de debates ou votação de uma assembleia legislativa ou deliberativa; (1.3) (militar) publicação que o comandante do corpo faz a cada dia, com determinações e instruções diversas, e comentários em datas especiais”. Já ao pesquisar o glossário das Forças Armadas, não consta o verbete “Ordem do Dia”, assim, sigo a definição do dicionário Houaiss, conforme o item 1.3 e destaco “determinações e instruções diversas, e comentários em datas especiais”.

A primeira ordem do dia que compõe o corpus desta pesquisa foi lançada em março de 2019 por determinação do presidente Bolsonaro para “comemorações devidas” ao 31 de março de 1964, “patrocinadas” pelas Forças Armadas e pelo Ministério da Defesa. Estes órgãos, conforme Althusser (2008, p. 98), integram o aparelho repressor do Estado, de acordo com a teoria de Althusser (2008, p. 98). Dela, extraio a primeira sequência discursiva que será analisada. Os grifos são meus.

Sd1: “Como resultado do impacto político, econômico e social, a humanidade se viu envolvida na Primeira Guerra Mundial e assistiu ao avanço de ideologias totalitárias, em ambos os extremos do espectro ideológico. Como faces de uma mesma moeda, tanto o comunismo quanto o nazifascismo passaram a constituir as principais ameaças à liberdade e à democracia” (Ordem do dia, março de 2019).

No decorrer, a cada ano de seu governo, uma nova ordem do dia foi divulgada, marcando uma repetibilidade discursiva. São as demais SDs:

Sd2: “O Movimento de 1964 é um marco para a democracia brasileira. O Brasil reagiu com determinação às ameaças que se formavam àquela época” (Ordem do Dia, março de 2020).

Sd3: “O movimento de 1964 é parte da trajetória histórica do Brasil. Assim devem ser compreendidos e celebrados os acontecimentos daquele 31 de março” (Ordem do dia, março de 2021).

Sd4: “Cinquenta e oito anos passados, cabe-nos reconhecer o papel desempenhado por civis e por militares, que nos deixaram um legado de paz, de liberdade e de democracia, valores estes inegociáveis, cuja preservação demanda de todos os brasileiros o eterno compromisso com a lei, com a estabilidade institucional e com a vontade popular”.

Desde a redemocratização do país, com a Constituição de 1988, esta é a primeira vez que o período da ditadura militar brasileira (1964-1985) é “celebrado” a pedido de um presidente da República. Da mesma forma, o governo de Bolsonaro é o primeiro a comportar grande número de militares atuantes na política, com mais de 6 mil membros, distribuídos tanto na reserva quanto na ativa.

Em primeiro de janeiro de 2019, durante seus discursos de posse, o presidente Jair Messias Bolsonaro declarou que neste dia o povo começou a se “libertar da ideologia no governo”, a qual considerou inimiga e “nefasta”. Referia-se, na ocasião, à política de esquerda, particularmente, representada pelo Partido dos Trabalhadores e por suas gestões de mais de uma década no Poder de Estado.

Os discursos de posse reverberaram os de campanha a presidente da República e ainda os que marcaram os seus mandatos enquanto deputado federal. Piovezani (2021, p. 93) analisa que o então deputado federal Jair Bolsonaro desempenhou mandatos “mediócras”, fundamentados, em quase três décadas de mandatos, como defensor dos militares e da ditadura militar. “Bolsonaro deixa a condição de político insignificante e se torna porta-voz do pensamento reacionário no Brasil, graças ao substrato autoritário nas ações e no imaginário brasileiro”. Nesse sentido, corrobora a descoberta da pesquisadora especializada em grupos neonazistas no Brasil, Adriana Dias, da Unicamp, de uma carta do então deputado federal Jair Bolsonaro, publicada em três sites neonazistas do Brasil, em 2004, em que agradecia o apoio recebido: “todo retorno

que tenho dos comunicados se transforma em estímulo ao meu trabalho. Vocês são a razão da existência do meu mandato”.

Já, em 2018, no Acre, durante a campanha presidencial, o então candidato a presidente da República declarou: “vamos fuzilar a petralhada”. O enunciado à época já antecipava os abalos que a democracia brasileira estava prestes a sofrer com a vitória de Bolsonaro. Não demorou para que, no primeiro ano de seu mandato, em março, o presidente determinasse as “comemorações devidas” ao período de ditadura militar no Brasil e assim sucessivamente a cada ano. No decorrer, em seu terceiro ano de mandato, o presidente Bolsonaro aprofunda as relações com a extrema-direita mundial e chega a receber, no Brasil, a neta do ministro das Finanças de Adolf Hitler, Beatrix von Storch, em julho de 2021. Uma das líderes atuais do neonazismo na Alemanha, ela é investigada por propagar ideias xenofóbicas e extremistas. Ela é uma das principais líderes do partido nacionalista-conservador “Alternativa para a Alemanha” (AfD, na sigla em alemão). Seu propósito no Brasil, segunda ela mesma divulgou, é conquistar aliados para seu partido. Ao recebê-la, o presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, além de se colocar como aliado, apresenta elementos da formação ideológica que o determina (Pêcheux, 2014), cujos laços se associam ao autoritarismo, à extrema-direita nazifascista.

2. Ideologia, lutas de classes nos discursos e no Poder de Estado

Pêcheux (2015, p. 122), ao tratar das relações entre linguística e outras ciências humanas, problematiza sobre a noção de fala e de língua. Ele destaca que a linguística exclui de seu campo as questões de sentido dos textos e que se associam às ciências sociais. Pêcheux (2015, p. 125) afirma que “o laço que liga as ‘significações’ de um texto a suas condições sócio-históricas não é, de forma alguma, secundário, mas constitutivo das próprias significações”. E ainda ressalta: “fa-

lar é totalmente diferente do que produzir um exemplo de gramática”. Desta forma, a linguística exclui de seu campo as questões do sentido, da expressão das significações contidas nos textos, como analisa o autor. Ele propõe que todo discurso é concebido enquanto processo social e discursivo (processo de produção do discurso). Desse modo, em suas reflexões, o autor pontua que há uma oposição entre língua-fala. Ao falar o indivíduo se transforma em sujeito em um processo de interpelação ideológica, inconsciente e em dada conjuntura sócio histórica. “Em uma determinada época e em um ‘meio social dado’, a ‘fala’, sob suas formas políticas, literárias, acadêmicas, etc se organiza necessariamente em ‘sistemas’ regidos por leis”, sustenta Pêcheux (2015, p. 126). Por outro lado, o conceito científico de língua que abarca seus aspectos de fonologia (estudo dos sons); morfologia (estudo das formas) e sintaxe (modo como combinar as palavras) não compreende os aspectos da fala, observa Pêcheux (2015). Assim, há a necessidade de uma outra teoria, a do discurso, pois a base da linguística centra-se no funcionamento da língua em relação a si própria. Pêcheux (2015, p. 125), então, fundamenta uma teoria específica para o discurso com foco nas questões do sentido, da expressão das significações contidas nos textos.

O discursivo, segundo o autor, representa, no interior do funcionamento da língua, os efeitos da luta ideológica e, inversamente, manifesta a existência da materialidade linguística no interior da ideologia. Por conseguinte, os processos discursivos tornam-se possíveis pela própria estrutura da língua, lugar onde se marca a luta ideológica e política de classes. Tais pressupostos demarcam a teoria do discurso de Pêcheux enquanto uma teoria da determinação histórica dos processos semânticos. Nela, a materialidade discursiva é concomitantemente linguística e ideológica, como destaca Indursky (2013, p.29). Logo, tal materialidade não pode ser analisada de modo positivista como ocorre na linguística, ressalta a autora, mas sim a partir de pres-

supostos histórico-materialistas. De acordo com Pêcheux, a AD se interessa pelas representações feitas pelo homem no uso que este faz do léxico em sua prática discursiva, procurando examinar as transformações de sentidos e seus efeitos.

Ao abordar, em sua teoria do discurso, a relação entre sujeito, discurso e ideologia, Pêcheux (2014c) retoma os princípios de Althusser (2008) sobre a interpelação do sujeito pela ideologia e as teorias sobre poder de Estado e Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE). Pêcheux (2014c, p.1) destaca o primado da luta de classes em relação à existência das próprias classes e o primado do inconsciente sobre a consciência em uma imbricação com a ideologia. “Não é exagero dizer que todos os campos de jogos político-ideológicos, recobertos pela questão da ideologia e da luta ideológica de classes, ficam suspensos à posição adotada em relação a esse duplo primado: nós teremos mais de uma vez a oportunidade de constatar isso”, destaca Pêcheux (2014c, p.2).

Althusser (2008, p. 96) sustenta que toda luta política de classe gira em torno da disputa pelo domínio do Poder de Estado. “O objetivo da luta de classes diz respeito à posse do Poder de Estado e, por consequência, à utilização do Aparelho de Estado pelas classes (ou aliança de classes ou de frações de classes) detentoras do poder de Estado, em função de seus objetivos de classes” (ALTHUSSER, 2008, p. 97). Já cada aparelho ideológico de Estado, conforme o autor, corresponde a um sistema de instituições, organizações e práticas correspondentes, definidas. Neles operam diversas formações ideológicas e sucedem lutas por sua dominação. O autor cita como exemplos de AIEs: aparelho escolar, aparelho familiar, aparelho religioso, aparelho político, aparelho sindical, aparelho da informação, aparelho da edição-difusão, aparelho cultural. Pêcheux (2014c, p. 4) analisa que os AIEs constituem, simultânea e contraditoriamente, o lugar e as condições ideológicas da transformação das relações de produção. As condições contraditórias ocorrem em um momento his-

tórico dado e por uma formação social dada, pelo conjunto complexo (relações de contradição-desigualdade-subordinação) dos AIEs que essa formação social comporta. “De fato, seria absurdo pensar que numa dada conjuntura, todos os AIEs contribuam de maneira igual para a reprodução das relações de produção e para sua transformação” (PÊCHEUX, 2014c, p. 4).

Ao se debruçar sobre a teoria de Althusser sobre Poder de Estado e de seus aparelhos ideológicos, Pêcheux (2014b, p. 131) argumenta que eles se constituem como “palco” de uma dura e ininterrupta luta de classes, que leva a cenas de desigualdade e subordinação no todo complexo dos aparelhos ideológicos. A partir de então, Pêcheux (2014, p.146) desenvolve o conceito do que denomina “o todo complexo das formações ideológicas” por meio de duas teses: (i) o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição não existe em si mesmo, mas é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual estão inseridas. Portanto, como argumenta o autor, as palavras, as expressões mudam de sentido conforme as posições sustentadas por aqueles que as empregam, e adquirem sentidos de acordo com as formações ideológicas. Elas se associam, por sua vez, conforme Pêcheux (2014b, p. 147), às formações discursivas que são designadas como: “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito”.

Ao aprofundar a relação da linguística com a ideologia, como explica Zandwais (2009, p.28), Pêcheux concebe o discurso como um dos aspectos materiais da ideologia e assim, busca outras fontes, uma vez que a linguagem foi “superficialmente” abordada por Marx e por Althusser, mas já pensada por Volóchinov/Bakhtin, como aponta Zandwais (2009, p. 28), o que resultou em uma precursora teoria materialista. A autora explica que Volóchinov não dissocia língua e linguagem e sua relação com a ideolo-

gia, o que é próprio de uma teoria materialista. Diretamente, Pêcheux (1990, p. 245) menciona Volóchinov ao salientar que:

Língua, ideologia e discurso nem Marx, nem Lênin, nem nenhum desses que se costuma chamar de ‘os clássicos do marxismo’ produziu qualquer estudo politicamente organizado sobre esse assunto. De fato, os pensadores políticos do marxismo-leninismo detiveram-se, nessa questão, em apontamentos de ordem muito geral (por exemplo, naquilo que podemos encontrar em Gramsci), de sorte que, depois de Voloshnov até os nossos dias, pode-se dizer que esta questão foi, e permanece sendo, essencialmente, objeto dos universitários progressistas (poucos linguistas, e, sobretudo dos historiadores e dos filósofos).

Volóchinov (2021), ao lançar seus estudos em 1929, foi um dos fundadores das teorias que relacionam língua e ideologia, de acordo com o materialismo histórico-dialético, cujos princípios embasam também os conceitos da teoria materialista do discurso de Pêcheux quarenta anos depois. Para Volóchinov (2021), o uso da palavra é um fenômeno ideológico por excelência. Em sua teoria dos signos, o autor sustenta que a palavra é um signo neutro, mas em seu funcionamento ela se torna um instrumento ideológico. Assim, ela funciona como elemento essencial que acompanha toda criação ideológica. O signo é ideológico e desse modo, é arbitrário, contraditório, fragmentado, instável. Ele reflete e refrata a realidade ao mesmo tempo que, por sua vez, não é transparente e tampouco diretamente acessível. Sendo assim, os signos ideológicos que se associam às palavras podem ser distorcidos no intuito de produzir outros efeitos de sentidos como, por exemplo, “campo de extermínio” nazista era identificado como o lugar onde o trabalho liberta e a “câmara de gás” como chuveiro, um eufemismo mortal. “O signo não é somente uma parte da realidade, mas também reflete e refrata uma outra realidade, sendo por isso mesmo capaz de distorcê-la, ser-lhe fiel, percebê-la de um ponto de vista espe-

cífico e assim por diante”, explica Volóchinov (2021, p. 93). Desse modo, o campo ideológico coincide com o campo dos signos. Eles podem ser igualados. Assim, o autor desenvolve uma ciência da ideologia.

O discurso como um dos aspectos materiais da ideologia ganha força na teoria materialista do discurso de Pêcheux. A este respeito, o autor estabelece a tese de que os indivíduos são interpelados em sujeitos de seu discurso pelas formações discursivas que representam na linguagem as formações ideológicas que lhes são correspondentes. Propõe também a segunda tese, a de que “toda forma discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com relação ao ‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas” (PÊCHEUX, 2014b, p. 148-149). Ao “todo complexo com dominante”, Pêcheux denomina como o interdiscurso, aquilo que pode e deve ser dito, aquilo que se refere a uma memória discursiva historicamente constituída, a algo que fala (ça parle) sempre “antes, em outro lugar e independentemente”, a um pré-construído, o que corresponde a um “sempre-já-aí” da interpelação ideológica que fornece e impõe a realidade e seu sentido. O interdiscurso é submetido à lei de desigualdade – contradição – subordinação que marcam o complexo dessas formações ideológicas. Pêcheux conclui afirmando que o funcionamento da ideologia em geral como interpelação dos indivíduos em sujeitos ocorre por meio do complexo das formações ideológicas e, especialmente, no interdiscurso intrincado nesse complexo.

O autor concentra no entendimento de como ocorre a interpelação do indivíduo em sujeito por meio da ideologia, e de como ela se materializa em seu discurso. Para tanto, busca em Althusser e em Lacan os fundamentos para elaborar a sua teoria. De acordo com premissa de Lacan de que o “sujeito só é sujeito por assujeitamento ao campo do Outro, o sujeito provém de seu assujeitamento sincrônico a esse

campo do Outro”, Pêcheux (2014b, p. 150) busca a explicação para o assujeitamento ocorrido, que se apresenta sob a forma de uma autonomia dissimulada, na medida em que o sujeito não reconhece o seu submetimento à ideologia. Contudo, ele ocorre, segundo Lacan, a partir do EGO, ou seja, do imaginário do sujeito (onde se constitui para o sujeito a relação imaginária dele com a realidade) e do complexo com suas formações ideológicas. Assim, conforme as teorias lacanianas que embasaram Pêcheux (2014b), o sujeito se constitui pelo esquecimento daquilo que o determina. Fundamentado nessas teorias, o autor desenvolve, então, que a interpelação de indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina que, por sua vez, é determinada por uma formação ideológica.

Nos discursos políticos, tema da presente pesquisa, as formações ideológicas são essenciais para a análise, bem como as formações discursivas que delas derivam e suas condições de produção. Courtine (2014, p. 53), ao tratar das condições de produção, retoma argumento para ilustrá-las, no caso dos discursos políticos, em sua característica relacionada à conjuntura, ao jogo das forças políticas, ao estudo de suas estratégias, de seus interlocutores. Entre os desafios de estudar o discurso político está o seu caráter bastante heterogêneo, instável e que se associa ao mesmo tempo ao empírico, ao situacional, ao conjuntural e às determinações históricas dos discursos em questão. Nele estão inerentes as contradições de classe que reverberam nos aparelhos ideológicos e no Poder de Estado como um todo. Dessa forma, neste estudo, nas análises, destaco o funcionamento do discurso da extrema-direita dominante no Poder de Estado na contemporaneidade brasileira e como a formação ideológica que o determina se manifesta no que tange às ordens do dia alusivas ao 31 de março de 1964, as quais compõem o corpus desta pesquisa.

3. A ideologia do Poder de Estado brasileiro na conjuntura atual

Em cerimônia de homenagem ao agronegócio, em Sinop-MT, em 18 de setembro de 2020, o presidente Bolsonaro declarou: “finca-mos então, uma âncora no conservadorismo; (...) Deus, Pátria e família. Essa é a nossa base. (...) Eu sou empregado de vocês. Vocês são nossos patrões. A vocês nós devemos a lealdade absoluta. Por vocês nós lutamos”. Os ruralistas que integram o agronegócio brasileiro se materializam como os “vocês” do discurso do presidente Bolsonaro e são para o seu governo uma base crucial, apoiadores de primeira hora. Conforme analisou Indursky (2020, p.370), ao citar explicitamente quem são seus patrões, a quem deve lealdade e quais são seus princípios, o presidente Bolsonaro traz importantes elementos a respeito de sua própria ideologia e àquela que sustenta, atualmente, o Poder de Estado.

O lema “Deus, pátria e família”, mencionado reiteradamente pelo atual presidente, remonta ao início do século XX, período da II Guerra Mundial e de ascensão do nazifascismo. Em meio à turbulência da época, o escritor, jornalista e político brasileiro Plínio Salgado organizava um movimento de inspiração fascista, o integralismo, considerado por pesquisadores como Gonçalves e Caldeira Neto (2020, p. 9) como “o maior movimento de extrema-direita da história do Brasil”. Ele foi enunciado por Plínio Salgado, em sete de outubro de 1932, durante o Manifesto do movimento integralista, no Teatro Municipal de São Paulo, com o apoio de grande parte da intelectualidade nacionalista e admiradora do fascismo, conforme apontam os pesquisadores Gonçalves e Caldeira Neto (2020, p. 14). Por seu espectro abrangente de formações ideológicas e discursivas, o lema “Deus, pátria e família” percorre o tempo, distorcendo-se e adaptando-se às diferentes conjunturas. Em 31 de março de 1964, por exemplo, embalou as marchas “Família com Deus, pela Liberdade”, inclusive reverberado por seu

mentor, Plínio Salgado: “os grandes desfiles populares da família, com Deus, pela liberdade que têm levado às ruas das cidades brasileiras o clamor de um povo fiel às suas tradições cristãs e disposto a lutar para impedir que o escravizem” (GONÇALVES; CALDEIRA, 2020, p. 106). Durante a ditadura militar no Brasil, os integralistas assumiram cargos no governo e assim, integravam aparelhos ideológicos de Estado, bem como o Poder de Estado. Após mais de três décadas do fim do regime militar no Brasil, eis que o lema “Deus, Pátria e Família” retorna ao Poder de Estado com a eleição de Jair Messias Bolsonaro para presidente, em 2018, e chega, inclusive, à mesa da presidência da República, no Palácio do Planalto, afixado no computador de trabalho do presidente Bolsonaro.

No lema, o líder do movimento nazifascista no Brasil, Plínio Salgado, sintetizou os princípios fundamentais para aqueles considerados conservadores e nacionalistas, cujas formações discursivas constituem os saberes do patriarcalismo, do cristianismo, do nacionalismo e do autoritarismo. Em sua existência, o escritor adaptou o discurso tradicionalmente inspirado no nazifascismo à medida que este passava a ser severamente condenado na história e passou a distorcê-lo, de modo a ser amplamente aceito na sociedade. Então, usou como estratégia ressaltar a religião e a família. De forma semelhante, Bolsonaro, um conhecido político favorável à ditadura militar no Brasil e à tortura à época, quando deputado federal, como aponta Piovezani (2021), adapta o discurso, agora enquanto presidente da República, refratando, conforme os princípios da teoria de Volóchinov (2021), os horrores da ditadura militar, como por exemplo, vinte mil pessoas torturadas, mais de 400 mortos, de acordo ainda com números oficiais. Há notícias de que mais de 1000 ossadas da ditadura militar no Brasil necessitam de identificação. E, seguindo a teoria de Volóchinov (2021), reflète, no caso do objeto desta pesquisa, que foi um governo em favor da democracia, ao mesmo

tempo em que naturaliza o discurso autoritário, a exemplo das Ordens do Dia referentes ao “31 de março de 1964”. Assim, o funcionamento da categoria da contradição é constante no processo discursivo da extrema-direita, aqui analisado, que em função da tomada e permanência no domínio do Poder de Estado, em uma dada conjuntura sócio-histórica, reflète e refrata sentidos em conformidade com uma formação discursiva nazifascista que, como visto, remonta, entre suas marcas, ao lema integralista “Deus, Pátria e família”.

Em conjuntura parcialmente semelhante, ao analisar as condições de produção dos discursos, tanto naquela época de 1964 a 1985, quanto agora, na segunda década do século XXI, a luta de classes e seu domínio pelo poder de Estado (ALTHUSSER, 2008) traz elementos consonantes: em ambas as conjunturas, parte das classes média e alta apoiaram o golpe de 1964, assim como apoiaram a ascensão de Bolsonaro e o retorno da extrema-direita ao poder de Estado. Também como nos anos sessenta do século XX, havia um governo progressista que ocupava a presidência no Brasil, encabeçado pelo presidente João Goulart, o mesmo ocorreu, na contemporaneidade, com os governos do Partido dos Trabalhadores, liderados pelos presidentes Lula e Dilma Rousseff. No que se refere aos discursos, tanto os que corroboraram com a derrubada do governo de Goulart quanto do PT na história recente do país, assemelham-se em sua formação ideológica e formações discursivas. Eles se imbricam nas lutas de classe e nas condições históricas com similitudes conjunturais.

Soma-se ainda a esta análise a negação da ideologia, conforme posto por Althusser (2008), como sempre sendo a do outro e não a de si próprio. Em seus discursos de posse, o presidente Bolsonaro abordou “ideologias nefastas” que “destroem” valores, tradições, famílias. Essas eram relacionadas aos “inimigos da pátria”, e ressaltou ainda, durante sua posse em 2019, que o país estaria livre de “amarras ideológicas”. Discursos esses que se assemelham à lógica na-

zifascista de eleger e exterminar inimigos do poder e ideologias. Por outro lado, como já visto, de acordo com as teorias de Althusser (2008); Pêcheux (2014a; 2014b; 2014c), todo sujeito é submetido a uma ideologia, em uma dada conjuntura histórico-política, embora possua a ilusão de não o ser, de ser livre em seu discurso. Logo, é possível remeter, conforme as duas teses de Pêcheux (2014b) anteriormente citadas, ao funcionamento da formação ideológica de extrema-direita, autoritária, que glorifica a ditadura militar e estabelece o que pode e deve ser dito e o que não pode e não deve ser dito, constituindo, então, formações discursivas, plenas de saberes autoritários, conservadores, patriarcais, determinantes dos efeitos de sentidos relacionados às palavras empregadas. Por isso, nesse caso, o item lexical “democracia” passa a ser relativizado nas ordens do dia em estudo, que buscam ordenar à população a significação a este item de acordo com a ideologia do governo federal e dos militares que o integram, em um efeito autoritário e de modo a naturalizar os sentidos que dela emanam. Ainda, seguindo os princípios da teoria de Pêcheux (2014b), há a identificação da posição-sujeito presidente com a formação discursiva de extrema-direita e, por conseguinte, com a formação ideológica nazifascista que a domina. Aqui é fundamental a retomada da análise de Orlandi (2013, p. 10) de que “o que a ditadura faz é justamente dizer-se cotidianamente como algo natural, familiar, sem constituir um período de exceção. É essa normalidade a sua maior violência. Sua violência simbólica. Sem altos nem baixos”.

4. Para não esquecer: as atrocidades do totalitarismo

Orlandi (2015, p 55) descreve a memória enquanto passível de esquecimentos, silêncios, não-ditos, silenciamentos, interditos, processos de de-significação, neste caso, inerentes à relação entre sujeito, língua e história, onde se confrontam o simbólico e o político, como explica a autora. Em análise de discurso, a memória é entendida no entrecruzamento dos sentidos das

memórias mítica, social inscrita em práticas e também daquela construída pelo historiador, conforme Pêcheux (2015, p. 44-46). O autor argumenta que a memória discursiva se estrutura face a uma dialética de repetição e regularização e reestabelece os implícitos, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos de que sua leitura necessita. A memória, sob um jogo de força diante do choque do acontecimento, esburaca-se, perfura-se antes de desdobrar-se em paráfrase, o que gera efeitos de opacidade, segundo o autor. Assim, a memória é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização, desdobramentos, réplicas, polêmicas e contradiscursos (PÊCHEUX, 2015, p. 50).

Desde a instauração do golpe militar no Brasil, em 31 de março de 1964, já se passaram quase 60 anos, sendo assim, as Ordens do Dia do governo Bolsonaro, que ordenam aos brasileiros que comemorem a ditadura militar, em sua estratégia discursiva, aproveitam-se da vantagem do tempo decorrido, dos lapsos, dos furros da memória do povo brasileiro. Elas oportunamente funcionam em seus discursos de modo a silenciar, apagar e interditar, em um processo de de-significação dos fatos históricos que marcaram a ditadura militar e seus horrores. Como alerta Arendt (2012, p. 435), os governantes totalitários geralmente iniciam suas carreiras vangloriando-se de “crimes passados e planejando cuidadosamente os seus crimes futuros”. Para tanto, é preciso organizar as massas, pois elas são a base do totalitarismo, como explica a autora: “somente onde há grandes massas supérfluas que podem ser sacrificadas sem resultados desastrosos de despovoamento é que se torna viável o governo totalitário, diferente do movimento totalitário” (ARENDR, 2012, p. 438). Nesse sentido, a autora explica que “potencialmente” as massas existem em qualquer país e constituem a maioria das pessoas neutras e politicamente indiferentes, que nunca se filiam a um partido e raramente exercem o poder de voto (ARENDR,

2012, p. 439).

A autora argumenta que foi durante a II Guerra Mundial, após as conquistas do Leste europeu, que se configuraram as grandes massas para que Hitler pudesse enviá-las aos campos de concentração. Por outro lado, situa que foi a partir do término da I Guerra Mundial e de suas consequências desastrosas como alta inflação, miséria, desemprego, desalento geral da população que os movimentos extremistas avançaram na Itália, França, Alemanha, Espanha. “Foi nessa atmosfera de colapso da sociedade de classes que se desenvolveu a psicologia do homem de massa da Europa” (ARENDRT, 2012, p. 444). O foco era a mobilização das massas, resultantes dos fragmentos da sociedade, normalmente, apáticas politicamente, e que, assim, tornaram-se um laboratório para a introdução de métodos inteiramente novos de propaganda política, instrumentos que levavam à morte ao invés da persuasão e que traziam terror em lugar de convicção dominantes no totalitarismo. Eles refletiam as ilusões do sistema democrático. O insucesso em recrutar para a política membros dentre a geração mais jovem e a perda do consentimento e do apoio silencioso das massas desorganizadas fizeram com que, por meio da própria democracia, surgissem os meios necessários para o totalitarismo suprimi-la por meio das liberdades democráticas, de acordo com Arendt (2012).

Nos governos totalitários, o líder se coloca como “funcionário das massas”, em uma relação direta com elas e de total interdependência de outros poderes. Contudo, Arendt (2012) explica que a ideia de domínio, tanto de Hitler quanto de Stálin, era muito além do Poder de Estado, de sua máquina estatal, mas sim da dominação permanente de todos os indivíduos em toda e qualquer esfera da vida. Tal objetivo é “algo que nenhum Estado ou mecanismo de violência jamais pôde conseguir, mas que é realizável por um movimento totalitário constantemente acionado” (ARENDRT, 2012, p. 456). Já o fascismo não chegava, segundo a autora, a objetivar tal

domínio, e sim, o controle pleno do poder de Estado e de sua máquina.

Esse resgate teórico às origens do totalitarismo suscita reflexões sobre a contemporaneidade brasileira. Chauí (2013, p. 6), ao analisar as jornadas de junho de 2013, destacou o enunciado “meu partido é meu país”, que circulava nas ruas à época para fundamentar um movimento emergente no Brasil com base, conforme a autora, na posição ideológica típica da “classe média que aspira por governos sem mediações institucionais e, portanto, ditatoriais, (...), ignorando talvez, que essa foi uma das afirmações fundamentais do totalitarismo”. Naqueles acontecimentos, as grandes capitais do país foram tomadas por movimentos diversos, antagonistas entre si e que se intitulavam apartidários, partidários, antipartidários e intolerantes. Particularmente o rótulo de apartidário foi estratégico para atrair, cada vez mais, manifestantes que, em apenas duas semanas, motivados pela pauta em defesa do transporte público e da redução da tarifa, tornaram-se uma grande massa singular e sem precedentes. Ao seu final, mesmo face à ampliação das pautas dos protestos como melhores serviços públicos (educação, saúde, por exemplo), transparência, combate à corrupção, cresciam os adeptos de pautas autoritárias e que vislumbravam em Jair Messias Bolsonaro o seu mito, o seu porta-voz, a exemplo de páginas nas redes sociais que o elogiavam e replicavam seus discursos, como a OCC – Organização de Combate à Corrupção – que obteve mais de 400 mil seguidores, conforme aponta pesquisa de Silveira (2015).

Da mesma forma, Ortellado (2018) avalia que Bolsonaro capitalizou a revolta das ruas em 2013, principalmente, daqueles que se manifestavam contra a corrupção, dos autoritários e daqueles contra o sistema político como um todo. O autor analisa que, em 2018, Bolsonaro se tornou o “candidato anti-sistema” ao apostar no jogo “contra tudo e contra todos”, com o apoio forte da sociedade civil, e que tal postura tem suas raízes em junho de 2013. Nessa con-

juntura é importante destacar que, logo após ser eleito presidente da República, Bolsonaro se desfilou do PSL e, na sequência, tentou criar o seu próprio partido, o “Aliança pelo Brasil”, que acabou sendo arquivado por falta de adeptos. Ao final de 2021, ele se filiou ao PL (Partido Liberal) para concorrer à reeleição presidencial em 2022. Por outro lado, o presidente mantém postura semelhante à que o elegeu no sentido de “anti-sistema”, priorizando o caos e a tensão constantes sobre o sistema eleitoral brasileiro, ameaçando-o, repetidas vezes, de modo a ampliar a instabilidade política no país e a disputa entre os três poderes: Judiciário, Legislativo e Executivo. Haja vista a polarização na disputa pela chefia de Estado em 2022, a democracia brasileira é cada vez mais ameaçada.

A ideologia totalitária levou a formas de subjugar, exterminar e aterrorizar os seres humanos internamente, para isso, o aparelho repressor tinha como aliado o terrorismo. Ele canalizava a frustração, o ressentimento, o ódio cego em uma espécie de expressionismo político das massas fanáticas. A violência não servia apenas para assustar o povo, mas para dar realidade às doutrinas ideológicas e às mentiras autoritárias do totalitarismo. O extermínio dos oponentes faz parte de um processo histórico e necessário e passa a ser a normalidade do cotidiano. “O terror é a essência do domínio totalitário” (ARENDDT, 2012, p. 618). Como já destacado anteriormente, a ditadura militar no Brasil, no período de 1964 a 1985, instaurou, por meio do Ato Institucional número 5, por exemplo, uma série de medidas de exceção, tais como suspensão de direitos humanos, políticos, de liberdade de expressão, intervenção nacional, além de ter instaurado um regime de perseguição política e de extermínio. O presidente militar passou a ter plenos poderes sobre os brasileiros, que estavam proibidos de se manifestar contra o governo. Toda forma de protesto era punida, e quando possível, seus líderes eliminados. De acordo com dados do Human Rights Watch (HRW), vinte mil pessoas foram torturadas durante a ditadura

militar no Brasil, e pelo menos 434 foram mortas e seguem desaparecidas, conforme números oficiais. No período, 4841 representantes políticos perderam seus cargos. E ainda há notícias de que mais de 1000 ossadas da época da ditadura militar no Brasil necessitam de identificação. Na conjuntura atual, como analisado por Piovezani (2021, p. 89), o presidente Bolsonaro elenca seus inimigos públicos, conclama seus apoiadores contra eles e pratica violências simbólicas por meio de uma linguagem fascista no Brasil contemporâneo.

A linguagem fascista fala para justificar e fomentar o aniquilamento do adversário, transformando em inimigo. Com efeito, os perigos do fascismo estão além da linguagem. Mas as versões fascistas da história promovem um aumento progressivo no consentimento e na difusão de discursos de ódios e de atos violentos, tanto pelo o que contam quanto pelas maneiras de contar suas narrativas” (PIOVEZANI, 2021, p. 92).

5. Discursos distorcidos sobre a ditadura militar brasileira

Desde a criação da pasta do Ministério da Defesa, há mais de 20 anos, esta é a primeira vez que o ministério emite Ordem do Dia para que se “comemore”, “celebre” o “31 de março de 1964”. Ao longo dos anos pós-ditadura, as versões de militares sobre a data ocorreram isoladamente, sem maiores festejos, e inclusive o evento foi retirado do calendário de comemorações do Exército quando Dilma Rousseff assumiu a presidência da República. Entretanto, com a chegada de Jair Bolsonaro ao Poder de Estado, os sentidos para o “31 de março de 1964” alcançaram significações que retornam aos tempos da ditadura. Como já apontado, o governo de Bolsonaro abriga mais de 6 mil militares em diversos ministérios, secretarias e outros órgãos do governo federal – outra marca importante e inédita desde a redemocratização do país. Tal participação militar na política leva

à problematização sobre a sua função constitucional de defesa da pátria, de sua soberania e enquanto garantidora dos poderes constitucionais, conforme a Constituição de 1988. Nessa conjuntura, é relevante pontuar o contradiscurso de outros militares de altas patentes, que se mostram totalmente divergentes com o nível de comprometimento de seus pares com o governo de Bolsonaro, e alertam para a destruição da “muralha” entre o militar e a política, construída nos anos pós-ditadura. Face às eleições presidenciais de 2022, a imprensa pressiona para que esses militares de alta patente que não cancelam tal postura se manifestem, reafirmando serem contrários ao golpismo e respeitarem os resultados das urnas e, ainda, que as Forças Armadas não devem interferir no processo.

Nas Ordens do Dia em questão, a memória discursiva dos feitos militares é “celebrada” em conformidade com um pré-construído dos militares sobre sua passagem pelo poder de Estado durante a ditadura e que se perpetua, ao longo do tempo, no intuito de ressaltar um período heroico. Indursky (2013, p.69), ao pesquisar o funcionamento do discurso presidencial, destaca que uma das imagens propagadas pelos presidentes militares era a de “democrata”. Ela ressalta que “no discurso presidencial da República Militar Brasileira, de um modo geral, é construída a imagem de um presidente democrata, que acredita no jogo democrático e em suas instituições, razão pela qual está investido de compromissos e deveres cívicos”. A autora explica que tal imagem projetada pelos militares ocorre no intuito de alcançar a legitimidade que lhes faltava junto à população e, assim, busca-se, por um processo de simulacro, reiterar a imagem de presidente “democrático”, de “soldado da democracia brasileira”, de “salvador” da pátria. Entretanto, a partir da promulgação do Ato Institucional número 5 (AI5), que permitiu plenos poderes aos militares, durante o governo de Costa e Silva, ocorreu a desmistificação da falsa imagem de presidente democrata, e acentuou-se a imagem de presidente autoritário, como

aponta Indursky (2013, p. 79). Em consonância com a imagem de presidente democrático, criada durante a ditadura militar por seus presidentes, sempre que possível, os discursos reverberados nas Ordens do Dia alusivas “ao 31 de março de 1964”, do atual governo Bolsonaro, buscam refletir uma glória militar e refratar toda a sua atrocidade e desumanidade em discursos cujos efeitos de sentidos distorcem os eventos históricos dos anos 60 do século XX, em um efeito discursivo que atende aos interesses de uma política de extrema-direita e de formação ideológica nazifascista.

Aqui, retomo as sequências discursivas, extraídas das Ordens do Dia do governo Bolsonaro. Os grifos são meus.

Sd1: “Como resultado do impacto político, econômico e social, a humanidade se viu envolvida na Primeira Guerra Mundial e assistiu ao avanço de ideologias totalitárias, em ambos os extremos do espectro ideológico. Como faces de uma mesma moeda, tanto o comunismo quanto o nazifascismo passaram a constituir as principais ameaças à liberdade e à democracia” (Ordem do Dia de março de 2019).

Sd2: “O Movimento de 1964 é um marco para a democracia brasileira. O Brasil reagiu com determinação às ameaças que se formavam àquela época” (Ordem do Dia, março de 2020).

Sd3: “O movimento de 1964 é parte da trajetória histórica do Brasil. Assim devem ser compreendidos e celebrados os acontecimentos daquele 31 de março” (Ordem do Dia, março de 2021).

Sd4: “Cinquenta e oito anos passados, cabe-nos reconhecer o papel desempenhado por civis e por militares, que nos deixaram um legado de paz, de liberdade e de democracia, valores estes inegociáveis, cuja preservação demanda de todos os brasileiros o eterno compromisso com a lei, com a estabilidade institucional e com a vontade popular” (Ordem do Dia, março de 2022).

Conforme Arendt (2012), tanto o governo de Hitler, de extrema-direita, quanto o de

Stálin, de extrema-esquerda, foram totalitários e adeptos à ideologia do terror. Da mesma forma, a autora fundamenta que o pós I Guerra Mundial levou às condições necessárias para a eclosão dos regimes totalitários e suas atrocidades para a humanidade no decorrer da II Guerra Mundial. Por outro lado, é preciso problematizar a expressão “faces da mesma moeda”, na segunda parte da Sd1. Isso porque a expressão “faces da mesma moeda” suscita uma generalização, um apagamento das diferenças, de modo a estancar a discussão ao forçar um senso comum, assim como leva a oportunismos no sentido de refratar as atrocidades da extrema-direita e refletir os terrores apenas de um lado, o da extrema-esquerda. Nesse caso, é possível analisar opacidades do discurso em questão, uma vez que se busca, em uma estratégia, dizer explicitamente que “tanto o comunismo quanto o nazifascismo passaram a constituir as principais ameaças à liberdade e à democracia”, quando, implicitamente, em seus discursos, silenciam-se os elos fracos do nazifascismo e reverberam-se os do comunismo. No governo Bolsonaro, explicita-se como ameaça comunista à democracia ao citar casos como Cuba, Venezuela, mas silencia-se sobre o nazifascismo chegando a contraditórios como já desenvolvidos neste estudo a exemplo da recepção do atual presidente brasileiro à líder do movimento neonazista da Alemanha.

Nas Sd1, Sd2 e Sd3, há uma repetibilidade discursiva já apontada pela incidência de um pré-construído dos militares sobre sua passagem pelo Poder de Estado brasileiro que produz efeitos de sentido, dentre eles, um “simulacro”, conforme argumenta Indursky (2013), de “democratas”, “heroicos” e busca apagar o seu autoritarismo. Em consonância com a primeira estratégia discursiva aqui analisada, ao destacar na Sd2 que “o Brasil reagiu com determinação às ameaças que se formavam àquela época”, novamente, a opacidade do discurso ocorre, posto que a “ameaça” se associa somente ao comunismo e, face a ela, silencia-se sobre a “determinação” de uma parte da sociedade brasileira que,

aliada a uma política de extrema-direita, participou de um golpe de estado com os militares que, por sua vez, já na sequência, assumiram o poder de Estado e ali permaneceram por 21 anos. É certo que os acontecimentos de 31 de março de 1964 marcaram a história brasileira, como destaca a Sd3, contudo, ao emitirem ordens aos brasileiros de que eles “assim” devem ser “compreendidos e celebrados”, é preciso problematizar: “assim como”? Por exemplo, como os brasileiros podem compreender e celebrar a perda de seus direitos políticos, de expressão e humanos por mais de duas décadas? Da mesma forma, como aqueles que foram perseguidos, torturados e mortos poderiam “assim” compreender e celebrar? E ainda, na formação discursiva da extrema-direita dos militares à época de 1964, aqui analisada, os sentidos para “assim” associam-se à obrigação, à aceitação, à ordenação de que é deste modo e não de outro que se deve “compreender” e “celebrar”, ou seja, de modo a glorificar o golpe de 1964 e “assim” entendê-lo, apesar das profundas contradições em que se inscreve. Nesse sentido, é possível associar as Ordens do Dia em questão nesta pesquisa aos atos institucionais do regime militar que intensificaram o autoritarismo como o AI5 aqui já citado. O instrumento foi, inclusive, defendido pelo deputado federal Eduardo Bolsonaro, filho do presidente Bolsonaro, que face às repercussões negativas, pediu desculpas à população.

Na Sd4, a Ordem do dia não dá escolhas aos brasileiros se não “reconhecer o papel desempenhado por civis e por militares, que nos deixaram um legado de paz, de liberdade e de democracia”. Novamente, busca-se enaltecer aqueles que, sem legitimidade e derrotados em sua política de extrema-direita, foram obrigados a ceder em prol daqueles que de fato reconquistaram a democracia brasileira e a deixaram como legado. Novamente, emergem opacidades nos discursos analisados, em que se busca refratar os elos fracos do autoritarismo e silenciar as vozes dos movimentos sociais à época, que repletos de

trabalhadores, estudantes, professores, políticos, jornalistas, advogados, artistas, escritores dentre tantos outros lutaram e até morreram pela redemocratização do país.

No que tange às contradições dos discursos das Ordens do Dia relacionadas ao item lexical “democracia”, é preciso retomar o conceito de Pêcheux (2014b) de contradição, em que o autor a estabelece como inerente às lutas de classes, às suas formações ideológicas e assim se apresenta, de maneira assimétrica, nos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIEs) e no domínio do Poder de Estado. A partir das teorias de L. Althusser, Pêcheux (2014b, p. 131) destaca que é nos aparelhos ideológicos de Estado que as lutas de classes ocorrem, contradizem-se e buscam o seu domínio. Eles são o “palco de uma dura e ininterrupta luta de classes”. Como salienta o autor, as condições contraditórias ocorrem em um momento histórico dado e por uma formação social dada, pelo conjunto complexo dos AIE de relações de contradição-desigualdade-subordinação que essa formação social comporta. Na Análise de Discurso, Pêcheux (2014b) argumenta que o uso das mesmas palavras em direções diferentes ocorre segundo a natureza dos interesses ideológicos colocados em jogo. “O próprio de toda formação discursiva é dissimular, na transparência do sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso, que determina essa formação discursiva como tal” (PÊCHEUX, 2014b, p. 149). Logo, o processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes e portanto, a categoria da contradição é inerente a tal processo, conforme determinação ideológica. O autor sustenta que “em função do ‘todo complexo com o dominante’ dos aparelhos ideológicos de Estado e das formações discursivas que lhes são correspondentes, com suas relações específicas de contradição-desigualdade-subordinação, são constituídas ‘linhas de demarcação’ discursivas”. O autor ressalta que elas são adquiridas por meio das lutas por “formulações equívocas, nascidas no terreno da ideologia dominante e, mais

ou menos, ‘trabalhadas’, ‘resolvidas’ etc, por um trabalho político-teórico sobre os ‘pré-construídos’ e sobre ‘os efeitos transversos’ que os produziram” (PÊCHEUX, 2014b, p. 196). E enfatiza a conjuntura dada em que são elaboradas com um grau variável de autonomia que depende em direto do grau de autonomia política de que dispõe em um conjunto de forças políticas. Pêcheux (2014) explica que as contradições que constituem as condições ideológicas de reprodução/transformação das relações de produção repercutem com deslizamentos, deslocamentos etc no todo complexo das ideologias teóricas sob a forma de relações de desigualdade-subordinação que determinam os interesses em luta em uma conjuntura dada.

Tais pressupostos subsidiam o aprofundamento da compreensão do objeto desta pesquisa. Como já analisado, a formação ideológica dominante no Poder de Estado atual brasileiro é nazifascista e remonta a pré-construídos e a saberes inerentes à formação discursiva de extrema-direita, cujas linhas de demarcação discursiva, abordadas neste estudo, associam-se aos anos 30 do século XX, com o surgimento do movimento nazifascista brasileiro, o Integralismo, a exemplo de seu lema “Deus, Pátria e família” e de seu percurso discursivo ao longo do tempo, com exemplos da ditadura militar e do atual governo Bolsonaro. Além dessa marca, outros pré-construídos à época dos governos militares foram retomados na pesquisa, como aqueles que se relacionam aos simulacros, conforme apontou Indursky (2013), de presidentes militares “democráticos” e heroicos. Somam-se ao entendimento do todo complexo dominante que envolve a historicidade de tal formação discursiva, as relações de lutas de classes e de posse do Poder de Estado e de seus AIEs, de acordo com as teorias de Althusser (2008). Uma vez que é nos aparelhos ideológicos de Estado onde as lutas de classes ocorrem, contradizem-se e buscam o seu domínio, como sustenta Pêcheux (2014b), o que os constitui enquanto palco “de uma dura e ininterrupta luta de classes”, na atual conjuntu-

ra brasileira, a formação ideológica dominante desde o início do governo Bolsonaro entra em conflito com as estruturas do Estado e de seus aparelhos, em que ainda permanecem vigentes os princípios democráticos, embora ameaçados. Desse modo, estabelece-se a luta de parcelas das classes médias e alta, constituídas por militares, ruralistas, evangélicos radicais, demais conservadores e ultranacionalistas, assujeitadas a uma ideologia nazifascista contra as demais parcelas da sociedade, também representadas nos AIEs. Ocorre que, assim como aponta Stanley (2020, p. 14), “a política fascista não conduz necessariamente a um estado explicitamente fascista, mas é perigosa de qualquer maneira”. A análise desta pesquisa segue em consonância com o autor, em que se observa a materialização discursiva da formação ideológica nazifascista no Poder de Estado em sua política, mas não há, pelo menos por enquanto, a institucionalização de um Estado fascista no Brasil atual. Por outro lado, devido aos perigos de tal política, a democracia brasileira sofre abalos e está em um momento crucial, a eleição presidencial de 2022.

Em tal conjuntura, emanam muitas contradições no que se refere à democracia e seus conceitos e, neste caso, as Ordens do Dia aqui analisadas trazem abundantes elementos para a compreensão dos discursos estrategicamente enunciados para apagar os horrores da ditadura ocorrida no Brasil e ordenar uma compreensão distorcida da história muito particular inerente a um pré-construído de militares, assujeitados a uma ideologia nazifascista. Mais uma vez, é importante ressaltar que tal entendimento é próprio daqueles que compactuam com o atual governo de Bolsonaro e, como já apontado, não há uma unanimidade discursiva nas Forças Armadas, haja vista o contradiscurso manifestado por outros militares. Assim, a compreensão das contradições perpassa pela retomada das condições de produção dos pré-construídos que envolvem a ditadura militar no país, conforme a conjuntura geopolítica da América Latina da

década de 60. Cavalcante; Machado (2015, p.124-125) destacam que as tensões da Guerra Fria, o triunfo da Revolução cubana e a organização da classe trabalhadora levaram os EUA, por meio de organismos de espionagem e da re-verberação de discursos salvacionistas, a patrocinarem golpes militares com o objetivo de estancar o que consideravam uma “comunização” na América Latina. No Brasil, como sustentam os autores: “o golpe militar de 1964 resultou na queda do projeto desenvolvimentista do capitalismo brasileiro, capitaneado pelo nacionalismo trabalhista – PTB – e apoiado por forças populares sindicais/camponesas que pressionavam o governo Jango para a realização das reformas de base”.

Nas Ordens do Dia em questão nesta pesquisa, ao empregar o uso do item lexical “democracia”, emerge a estratégia discursiva de apagar, silenciar, dissimular, como teoriza Pêcheux (2014, p. 149), “na transparência do sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso, que determina essa formação discursiva como tal”. Por conseguinte, os apontamentos desenvolvidos até aqui conduzem para a contradição extrema em que ditadura é dita como democracia. Da mesma forma, como o governo de Hitler denominou chuveiro para “câmara de gás” e campo de extermínio para local onde o “trabalho liberta”, as Ordens do Dia buscam refratar, conforme os pressupostos da teoria dos signos de Volóchinov (2021) já abordados acima, as atrocidades da ditadura militar no Brasil e todo seu caráter anti-democrático e, assim, refletir o seu contraditório radical, ou seja, de que foi um “marco para a democracia”. A contradição estratégica da materialidade em questão vem à tona, uma vez que de outro modo, eles não teriam legitimidade junto à população, como não a tiveram, em sua maioria, durante a ditadura militar conforme análise de Indursky (2013) a respeito da projeção da imagem de presidente militar “democrático” que não se sustentou, uma vez que as ações não con-

vergiam com os discursos, e as dissonâncias se tornaram discrepâncias.

A relativização do conceito de democracia nas Ordens do Dia analisadas é insustentável. Como estabelece Arendt (2020, p. 215), a democracia simboliza o governo da maioria, implementado conforme uma Constituição, expressão de uma vontade nacional. Na ciência política, trata-se de um governo em que o povo exerce a soberania e que seus cidadãos elegem pelo voto seus representantes por meio de eleições periódicas. Contudo, Arendt (2011) já alertava para os desafios impostos à democracia devido à complexidade de seu exercício. Ela é laboriosa e, quando malconduzida, pode levar, por seus próprios mecanismos, a caminhos fatais como o totalitarismo. A autora explica que o totalitarismo emergiu da mesma civilização liberal e, por isso, a constância nas suas possibilidades de retorno deve ser sempre monitorada. “Desde a Primeira Guerra Mundial, todos os governos têm sobrevivido sob o risco constante de morte”, destaca Arendt (2011, p. 40).

No Brasil, há pelo menos uma década, tendo como um dos episódios marcantes as jornadas de junho de 2013, os discursos de extrema-direita ameaçam a democracia do país e estão em consonância com o que tem ocorrido no mundo, a exemplo dos EUA com o ex-presidente Donald Trump, e da Europa com o fortalecimento de partidos nazifascistas. Stanley (2020, p.12) analisa aproximações da política do partido Republicano, liderada por Trump com a dos anos 30 nos EUA, em que houve maior adesão à política fascista. Ele cita como exemplo o lema “America First”, “ressuscitado” por Trump em sua campanha de 2016 e que tem origem na atuação do movimento “America First”, considerada a “faceta pública do sentimento pró-fascista dos EUA” nas décadas de 20 a 30 do século XX. No estudo de Stanley (2020) é significativa a similitude ideológica entre o movimento fascista e a campanha e o governo de Trump. Outro dado que chama a atenção se refere a seus apoiadores: ruralistas, brancos e do interior do

país. Essas são características que também se refletem nos adeptos do governo Bolsonaro, no Brasil e, da mesma forma, na ideologia que os assujeita.

Considerações

Ao longo da pesquisa, as análises desenvolvidas levam à compreensão de que as Ordens do Dia, objeto de estudo, fazem parte de uma política de naturalização do autoritarismo no Brasil, assujeitada a uma formação ideológica nazifascista operante no poder de Estado atual e que coloca em ascensão a formação discursiva de extrema-direita, seus pré-construídos, como Pêcheux (2014b) conceitua enquanto algo que fala (ça parle) sempre “antes, em outro lugar e independentemente, isto é, sob a dominação do complexo das formações ideológicas”. O pré-construído corresponde a um “sempre-já-ai” da interpelação ideológica e que, no caso deste estudo, remonta a exemplos de marcas discursivas desde a época do Integralismo, nos anos 30 do século XX.

Assim, as discursividades produzidas pelo governo Bolsonaro a respeito dos acontecimentos de 1964 valem-se dos furos de memória do povo brasileiro sobre o período de ditadura militar, afinal, já se passaram quase 60 anos, e buscam reconfigurar os discursos em um processo de aprofundamento da contradição, em que por meio de ordens à população, emitidas por aparelhos repressores, impõem-se como devem ser compreendidos e celebrados tais episódios da história brasileira. Desse modo, em um jogo discursivo, ordenam que o 31 de março de 1964 foi “um marco para a democracia brasileira”, ainda que a data represente 21 anos de ditadura e, portanto, sem direito ao voto, sem direitos humanos, sem liberdades de expressão, mas com cassação de direitos políticos, censura, perseguições, torturas, desaparecimentos, mortes. Corrobora ainda, com esta reflexão, o uso do pronome possessivo nos discursos do presidente Bolsonaro quando se refere ao apa-

relho repressor em questão como: “minhas Forças Armadas”, “meu Exército” de modo, a cada vez mais, associar-lhes a um papel político e a seu serviço, da mesma forma como ocorrido na ditadura militar, e afastar-lhes de seu papel enquanto instituição do Estado brasileiro conforme estabelecido na Constituição de 1988 de defesa da pátria, de sua soberania e garantidora dos poderes constitucionais. Por fim, as Ordens do Dia em questão, conforme analisado, aproximam-se dos sentidos dados aos atos institucionais da ditadura militar e se configuram como simbólicos riscos à democracia brasileira.

Referências

ALTHUSSER, L. Sobre a reprodução. Trad: Guilherme João de Freitas Teixeira. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

ARENDT, H. Sobre a revolução. São Paulo. Companhia das Letras, 2011.

_____. Origens do totalitarismo. Trad: Roberto Raposo. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CAVALCANTE, Maria do Socorro Aguiar de.; MACHADO, Fabiano Duarte. “O rugido das ruas”, no Brasil: acontecimento, discurso e memória. *Organon*, Porto Alegre, v.30, n.59, p.117-135, jul/dez.2015.

CHAUÍ, Marilena. II Colóquio Internacional NUPSI-USP, 2013, disponível em: <http://nupsi.org/coloquios/coloquio-internacional-nupsi-usp-invencoes-democraticas-construcoes-da-felicidade/>

COURTINE, J.J. O chapéu de Clémentis. Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. In: Os múltiplos territórios da Análise de Discurso/ Freida Indursky e Maria Cristina Leandro Ferreira (org). Porto Alegre: ed Sagra Luzzatto, 1999.

_____. A análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

GONÇALVES, L.P.; CALDEIRA NETO, O. O fascismo em camisas-verdes: do integralismo ao neointegralismo. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

INDURSKY, F. A fala dos quartéis e as outras vozes. 2 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

_____. O teatro do grotesco como cenário da desconstrução do Brasil. *Revista da Abralin*, v. 19, n.3, p. 365-388, 2020.

_____. III SIEL – Simpósio de Estudos linguísticos e literários: 50 anos da Guerrilha do Araguaia. 16 de maio de 2022. Disponível em: <https://youtu.be/uXPJj35y-p4>.

ORLANDI, E. Maio de 1968: os silêncios da memória. In: *Papel da Memória*. Pierre Achard et al. Campinas, SP: Pontes, 2015.

ORTELLADO, P. “O que aconteceu depois de junho?”, uma conversa com Pablo Ortellado. Disponível em: <https://bocajornalismo.com/2018/10/13/o-que-aconteceu-depois-de-junho-uma-conversa-com-pablo-ortellado/> (2018)

PÊCHEUX, M. Remontemos de Foucault a Spinoza. Trad. Maria do Rosário Gregolin. In: MALDIDIÉ, D. *L'inquiétude du discours*. Paris: Centres, 1990, p. 245-260.

_____. Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 5ª ed. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2014.

_____. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução Eni Orlandi et al. 5ª edição – Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2014b.

_____. *Ousar pensar e ousar se revoltar. Ideologia, marxismo, luta de classes. Décalages: vol 1. Iss4*. Trad. Guilherme Adorno e Gracinda Ferreira. 2014c.

- _____. *Análise de discurso: textos escolhidos por Eni P. Orlandi*. Campinas, SP: 4ª edição – Pontes Editores, 2015.
- _____. O papel da memória. In: *Papel da memória*. Pierre Achard et al. Campinas, SP: Pontes, 2015.
- PIOVEZANI, C. Discursos da extrema-direita no Brasil: uma análise de pronunciamentos de Jair Bolsonaro. *RAILED*. Vol 21. N 2. 2021. p. 85-100.
- SILVEIRA, Sergio Amadeu. Direita nas redes sociais online. In: *Direita, volver! o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. Sebastião Velasco e Cruz, André Kaysel, Gustavo Codas (organizadores). – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015. p. 213-230.
- STANLEY, J. Como funciona o fascismo: a política do “Nós” e “Eles”. Porto Alegre: L&PM, 2020.
- VOLÓCHINOV, V. *Marxismo e Filosofia da Linguagem. Problemas fundamentais do método sociológico na Ciência da Linguagem*. São Paulo: Editora 34, 3ª ed, 2021.
- ZANDWAIS, A. *Perspectivas da Análise de Discurso fundada por Michel Pêcheux na França: uma retomada de percurso*. Santa Maria: UFSM, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2009.
- Dados de mortos e desaparecidos da ditadura militar, conforme HRW. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,human-rights-watch-ditadura-no-brasil-torturou-20-mil-pessoas-434-foram-mortas-ou-desapareceram,70002770377>
- Dicionário Houaiss, disponível em: https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol_www/v5-4/html/index.php#1
- Discursos de posse do presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, em 01/01/2019, disponíveis em: <https://veja.abril.com.br/politica/leia-a-integra-dos-dois-primeiros-discursos-do-presidente-jair-bolsonaro/>
- Discurso do presidente Bolsonaro em comemoração ao agronegócio, disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos/2020/discurso200c-200cdo200c-200cpresidente200c-200cda200c-200crepublica-200c-200cjair200c-200cbolsonaro-200c-200cdurante200c-200ca-200c-200c200ccerimonia200c-200cde200c-200c-ato200c-200cde200c-200chomenagem-200c-200cdo200c-200cagronegocio200c-200cao200c>
- <https://www.gcnoticias.com.br/politica/aqui-e-o-coracao-do-brasil-diz-bolsonaro-em-visita-a-sinop/94788016>
- Discurso do presidente Bolsonaro que determina “comemorações devidas” ao 31 de março de 1964. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/03/25/bolsonaro-determinou-que-defesa-faca-as-comemoracoes-devidas-do-golpe-de-64-diz-porta-voz.ghml>
- Encontro de Bolsonaro com líder alemã do neonazismo. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/07/26/bolsonaro-beatrix-von-s-torch-extrema-direita-nazismo.htm>
- Glossário de termos e expressões para uso no Exército, 5ª edição, 2018. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/1/1148/1/Gloss%C3%A1rio%20EB%202018.pdf>
- Imagem do presidente Bolsonaro com lema “Deus, pátria, família”. Disponível em:

<https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2022/01/07/bolsonaro-que-da-bilhoes-a->

[grandes-empresas-veta-apoio-ao-microempresario.htm](https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2022/05/09/e-hora-de-militares-contrarios-a-um-golpe-de-bolsonaro-se-manifestarem.htm)

Imprensa pressiona para que militares se manifestem. Disponível em:

[https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2022/05/09/e-hora-de-militares-contrarios-](https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2022/05/09/e-hora-de-militares-contrarios-a-um-golpe-de-bolsonaro-se-manifestarem.htm)

[a-um-golpe-de-bolsonaro-se-manifestarem.htm](https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2022/05/09/e-hora-de-militares-contrarios-a-um-golpe-de-bolsonaro-se-manifestarem.htm)

Número de militares integrantes do governo Bolsonaro. Disponível em:

<https://www.conjur.com.br/2020-jul-17/mil-militares-exercem-funcoes-civis-governo-federal>

Ordem do dia alusiva ao “31 de março de 1964”, divulgada em 2019, disponível em:

[https://reinaldoazevedo.blogosfera.uol.com.br/2019/03/29/golpe-sim-7-a-integra-da-ordem-](https://reinaldoazevedo.blogosfera.uol.com.br/2019/03/29/golpe-sim-7-a-integra-da-ordem-do-dia-alusiva-ao-31-de-marco-de-1964/)

[do-dia-alusiva-ao-31-de-marco-de-1964/](https://reinaldoazevedo.blogosfera.uol.com.br/2019/03/29/golpe-sim-7-a-integra-da-ordem-do-dia-alusiva-ao-31-de-marco-de-1964/)

Ordem do dia alusiva ao “31 de março de 1964”, divulgada em 2020, disponível em:

[https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/03/30/defesa-divulga-ordem-do-dia-de-31-de-](https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/03/30/defesa-divulga-ordem-do-dia-de-31-de-marco-e-diz-que-1964-e-marco-para-a-democracia.ghtml)

[marco-e-diz-que-1964-e-marco-para-a-democracia.ghtml](https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/03/30/defesa-divulga-ordem-do-dia-de-31-de-marco-e-diz-que-1964-e-marco-para-a-democracia.ghtml)

Ordem do Dia “alusiva ao 31 de março de 1964”, divulgada em 2021, disponível em:

[https://www.defesenet.com.br/cm/noticia/40230/MD---Ordem-do-Dia-Alusiva-ao-31-de-](https://www.defesenet.com.br/cm/noticia/40230/MD---Ordem-do-Dia-Alusiva-ao-31-de-marco-de-1964/)

[marco-de-1964/](https://www.defesenet.com.br/cm/noticia/40230/MD---Ordem-do-Dia-Alusiva-ao-31-de-marco-de-1964/)

Ordem do Dia “alusiva ao 31 de março de 1964”, divulgada em 2022, disponível em:

[https://www.cnnbrasil.com.br/politica/ministerio-da-defesa-publica-ordem-do-dia-em-alusao-](https://www.cnnbrasil.com.br/politica/ministerio-da-defesa-publica-ordem-do-dia-em-alusao-ao-31-de-marco/)

[ao-31-de-marco/](https://www.cnnbrasil.com.br/politica/ministerio-da-defesa-publica-ordem-do-dia-em-alusao-ao-31-de-marco/)

Ordem para celebrar golpe é inédita nos últimos 20 anos e incomoda também militares.

Disponível em: [https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/ordem-para-celebrar-golpe-e-](https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/ordem-para-celebrar-golpe-e-inedita-nos-ultimos-20-anos-e-incomoda-tambem-militares.shtml)

[inedita-nos-ultimos-20-anos-e-incomoda-tambem-militares.shtml](https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/ordem-para-celebrar-golpe-e-inedita-nos-ultimos-20-anos-e-incomoda-tambem-militares.shtml)

Pesquisadora encontra carta de Bolsonaro publicada em sites neonazistas em 2004, disponível

em: <https://theintercept.com/2021/07/28/carta-bolsonaro-neonazismo/>

Submissão: agosto de 2022.

Aceite: novembro de 2022.